

edp

Renewables

Central Eólica SRMN Holding S.A.

CNPJ nº 30.656.993/0001-15

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial - Controladora - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Nota

31/12/2022

31/12/2021

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalente de caixa

7

909

28

Partes relacionadas

10

757

162.669

Adiantamento a fornecedores

12

3

1

1.669

162.698

Não circulante

Partes relacionadas

10

-

35.732

Investimento

15

213.964

131.771

213.964

167.503

215.633

330.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial - Consolidado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Nota

31/12/2022

31/12/2021

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalente de caixa

7

58.037

21.135

Concessionárias

8

4.592

9.115

Impostos a compensar

9

5.935

2.590

Partes relacionadas

10

-

28.425

Cações e depósitos vinculados

11

-

69.889

Material para uso e consumo

13

2.015

1.274

Adiantamento a fornecedores

12

9.731

41

Despesas antecipadas

14

151

-

Outros créditos

14

-

16

80.461

132.484

Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

-

5

Partes relacionadas

10

5.485

-

Cações e depósitos vinculados

11

16.899

-

Investimentos

-

-

Imobilizado

16

713.977

708.933

736.361

722.433

816.822

854.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras - Em milhares de Reais

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo

Circulante

Impostos a pagar

9

7.316

1.571

Dividendos a JSCP

10

-

1.305

Partes relacionadas

10

-

160.451

Fornecedores

17

31.770

42.791

Empréstimos e financiamentos

18

73.621

47.990

Outras contas a pagar

20

581

1.987

113.288

256.093

Não circulante

Partes relacionadas

10

-

53.556

Empréstimos e financiamentos

18

485.531

429.914

Provisões

19

2.392

1.114

Outras contas a pagar

20

-

156

487.923

484.011

601.211

740.104

Total do passivo

Patrimônio Líquido

Capital social

21

206.388

110.624

Reservas legais

21

627

275

Reservas de lucros

21

8.697

3.914

215.611

114.812

816.822

854.917

vestimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entre essas unidades há em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido se a perda de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **f) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **g) Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é obrigada a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, enquanto o dividendo declarado ainda não aprovado só pode ser registrado como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme regra a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros até que sejam aprovados pelo órgão competente, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. **h) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **i) Provisões para desmantelamento - Contingências:** São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. **Desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, engrangem-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no aumento das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizadas de forma linear pelo prazo de vida útil média esperada desses ativos. Numa base anual, as provisões de desmantelamento são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 13,55% (11,40% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmobilização. **j) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **k) Operações de arrendamento:** No decorrer de um contrato de arrendamento, o ativo ou o contrato de arrendamento, dependendo do específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso dos ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia e suas controladas atuam como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo de investimento ou passivo de capital. O arrendamento é reconhecido no balanço pelo método de custo, nos contratos de arrendamento de terrenos do Parque eólico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo. Para esses contratos de arrendamento de terrenos por terem remuneração variável ao arrendador a companhia não aplicou o IFRS16. Para os demais contratos, por serem considerados de baixo valor, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da seguinte forma: a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15% acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais, e a alíquota de 20% sobre o que exceder R\$ 120 trimestrais, para o imposto de renda. Sobre o lucro presumido, a base de cálculo corrente, é calculada a alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscal incerto, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICPSC 22 / IFRIC 23. **ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o Lucro:** Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPSC 22, que correlat à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar o direito de escolha de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade; (ii) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (iii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há uma disputa tributária, a Administração da Companhia conclui que seja provável que seja contemplada na jurisdição tributária sendo que, por esse razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. **m) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos distribuíveis aos acionistas, nos termos da Lei nº 6.404/76, e a alíquota de 15% e 20% e regulamentação posterior. **n) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **o) Receita operacional líquida:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) detenção do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento da receita e o quanto a empresa espera receber em troca de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despendida são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras. As receitas financeiras subsequentemente são exibidas no seguinte: **p) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **q) Ativos e passivos financeiros - Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e sido recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são mensurados subsequentemente ao custo amortizado no período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidação" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retifi-**

</

<

